

A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRECARIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO

Sineide Paula de Araújo Santos ¹
Victor Régio da Silva Bento ²

RESUMO

Com a chegada do modelo Toyotista nas fábricas tem-se uma modificação nas relações de trabalho, que rapidamente se expandem para diversos outros setores além do automobilístico, as mudanças nas formas de trabalho são uma consequência das transformações que a sociedade vivencia após a crise estrutural do capital em 1970. Com isto, o trabalho tem como objetivo analisar as novas formas de flexibilização do trabalho docente, a partir das novas morfologias do trabalho que se desenvolveram após a crise de 1970, analisando como a terceirização da profissão vem tornando a figura do professor cada vez mais precarizada. Para compreender o crescimento dessa dinâmica de terceirização e flexibilização do trabalho é importante compreender as mudanças pós-crise estrutural do capital vivenciada na década de 70 e como o novo modelo de produção desenvolveu novas formas de trabalho, a acumulação flexível e desvalorização da classe trabalhadora, principalmente a classe docente, para isto, foi utilizado alguns autores que discutem as morfologias do trabalho com Antunes (2000), Brandão (2022), Carcanholo (2011), entre outros. Nesse sentido, o trabalho busca mostrar que as novas morfologias de trabalho têm privilegiado somente aos donos de produção, mas que a classe trabalhadora, tem a cada dia, seus direitos trabalhistas mais suprimidos pelas novas morfologias do trabalho, como é o caso dos professores, que sofrem com os sistemas de contratação temporários, isso tanto na repartição pública, como na privada.

Palavras-chave: Precarização do trabalho docente, Terceirização, Flexibilização.

INTRODUÇÃO

A educação é sempre alvo central de diversas políticas públicas, os governos sempre apresentam em suas políticas propostas voltadas para melhorias na educação, no entanto, quando se analisa o cenário de contratação dos profissionais da educação, torna-se notória a grande desvalorização da profissão docente, cada vez mais, surge diversas formas de contratação dos profissionais da educação, retirando sua garantia e diversos direitos sendo retirados desses trabalhadores.

Enquanto os governos intensificam os contratos temporários, a rede privada busca terceirizar a profissão docente, contratando profissionais por meio de cooperativas, ou até

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC, sineide.araujo@sou.ufac.br;

² Orientador e Prof. Dr. do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC, victor.bento@ufac.br.

mesmo contratos diretos por meio de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) com professores que são MEI (Microempreendedor Individual). Esses contratos retiram os direitos adquiridos a classe trabalhadora e acabam por aumentar ainda mais a informalidade no país. Além dos contratos temporários ou a insegurança na estabilidade profissional, o docente enfrenta vários desafios que levam a perceber o quão precarizada tem sido a profissão docente, por exemplo, muitos professores recebem especializações inadequadas em relação à sua formação e responsabilidades, e muitas vezes, numa formação de qualidade o profissional no mercado e trabalho não recebe o salário condizente com sua especialidade. Isso pode resultar em dificuldades financeiras e insatisfação profissional.

Outro ponto importante, é professores temporários frequentemente não têm acesso a benefícios como plano de saúde, subsídio e férias remuneradas, o que contribui para a insegurança financeira. Além disso, a carga de trabalho excessiva associada a pressão para cumprir metas e padrões específicos de ensino pode levar a uma carga de trabalho insustentável para os professores, resultando em estresse e esgotamento, muitas vezes no adoecimento dessa classe.

Por mais que muitas políticas públicas, se dizem estar preocupados com a educação, muitas não compreendem que a desvalorização do profissional docente reflete diretamente na qualidade da educação, pois a precarização do trabalho docente pode comprometer a qualidade da educação, uma vez que professores insatisfeitos e sobrecarregados podem não ser capazes de oferecer o melhor ensino aos alunos.

Com isto, os presentes trabalho discute as mudanças ocorridas no sistema capitalista após a década de 1970 que resultaram em novas formas de trabalho com a inserção do modelo Toytista, mesmo que esse impacto tenha ocorrido inicialmente nas fábricas, o que se ver atualmente, são mudanças nas formas de trabalho em todos os setores, entre eles a educação. Atualmente o trabalho terceirizado se tornou comum em diversos setores, a marca registrada dessas mudanças de trabalho pode ser vista a partir da uberização. Empresas que trabalham com tecnologias e oferecem serviços ao público trabalhando com um sistema de trabalhadores que prestam serviços a empresa, com isto, a empresa se exime de qualquer responsabilidade presentes nas leis trabalhistas e explora este trabalhador com o discurso da autonomia, “o trabalhador faz o seu horário de trabalho”, o discurso do ganho maior, mas isto está atrelado a horários exaustivos de trabalho, neste sentido, a classe de trabalhadores informais cresce a cada dia.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos também chamados de metodologia consiste nos caminhos a serem percorridos ao longo da pesquisa, ou seja, além das técnicas a serem usadas, alinha-se também com a abordagem teórica e os objetivos que se pretende alcançar ao longo da pesquisa. (MINAYO, 2012). Para isso são necessárias etapas importantes, como leitura e busca por referenciais bibliográficos, escolha do objeto de pesquisa, as etapas da pesquisa e os procedimentos que serão seguidos para análise do trabalho.

Pesquisar é normalmente visto como sinônimo de investigação de problemas teóricos ou práticos (MARCONI E LAKATOS, 2018). A investigação pode vir de diversas maneiras e utilizando diversas fontes, por isso, existem diferentes tipos de pesquisa. No caso da pesquisa bibliográfica trata-se da metodologia baseada na análise de documentos ou fontes secundárias.

A pesquisa de bibliográfica ou de fontes secundárias [...] Trata-se de levantamento de referências já publicadas, em forma de artigos científicos (impressos ou virtuais), livros, teses de doutorados, dissertações de mestrado. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (TRUJILLO FERRARI, 1974, p.230) [...]. (MARCONI E LAKATOS, 2018, p.33).

SEVERINO (2011) também retrata pesquisa bibliográfica como:

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes do texto. (SEVERINO, 2011, p. 122).

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica pode ser vista como a premissa de qualquer pesquisa científica, pois a busca por abordagens teóricas consiste no início de qualquer trabalho acadêmico, pois vai permitir ao pesquisador conhecer melhor acerca de seu objeto de estudo, assim é possível se familiarizar e perceber diferentes visões acerca da temática da qual se pretende trabalhar.

O presente trabalho é resultado das análises bibliográficas de autores que discutem a geografia do trabalho, essa discussão acerca das transformações do ocorridas no sistema capitalista que impactaram diretamente no mundo trabalho, analisar essas transformações

históricas, permitem compreender as novas morfologias de trabalho na sociedade atual, pois a terceirização está presente em praticamente todos os setores da sociedade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo deste trabalho foi usado alguns autores para discutir a morfologias no mundo do trabalho, precarização do trabalho docente e a terceirização. Para isto, foi utilizado Antunes (2000) que discute mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo e seus impactos sociais. Antunes (2000), em "Os Sentidos do Trabalho", destaca que o trabalho, antes visto como uma dimensão fundamental de realização humana, vem sofrendo um processo de negação. Esse processo se intensifica a partir das mudanças nas relações de trabalho, especialmente com a flexibilização e a terceirização, características centrais do modelo neoliberal. A educação não escapa a essas transformações, o que gera efeitos diretos sobre a condição dos docentes.

A obra de Brandão e Ponte (2022) reforça essa discussão ao evidenciar que a precarização também ocorre em novas formas de trabalho, como na economia de aplicativos e empresas que trabalham com tecnologias, onde a flexibilização e a falta de garantias de direitos criam um cenário de vulnerabilidade para os trabalhadores. Essa análise ajuda a compreender que a precarização docente faz parte de uma tendência mais ampla, que atinge diversas profissões e a principal consequência é a fragmentação dos direitos trabalhistas.

Silva et al. (2020) complementam essa perspectiva ao observar o empresariamento da educação, no qual a lógica de mercado influencia as políticas educacionais e reconfigura o trabalho docente. A terceirização é uma prática comum nesse contexto, onde as instituições buscam reduzir custos ao contratar professores por meio de empresas intermediárias, o que enfraquece os vínculos empregatícios e compromete a qualidade do ensino.

Carcanholo (2011) reforça a crítica marxista ao trabalho alienado no sistema capitalista, sendo a precarização uma forma de intensificar essa alienação. No contexto docente, isso se reflete na perda de autonomia, nas condições degradantes de trabalho e na constante pressão por resultados, em detrimento do desenvolvimento humano e intelectual dos alunos.

Do ponto de vista metodológico, as contribuições de Marconi e Lakatos (2018), assim como de Severino (2011) e Minayo (2012), oferecem ferramentas importantes para

a investigação científica desse fenômeno. Com base em métodos qualitativos e quantitativos, é possível analisar os impactos da terceirização e da precarização nas condições de trabalho dos docentes e nos processos de ensino-aprendizagem, algo que é central para o desenvolvimento de uma compreensão crítica da realidade educacional atual.

Por fim, Vitorino (2023) aprofunda essa análise a partir da perspectiva geográfica, destacando como a precarização do trabalho docente impacta o ensino-aprendizagem. Ele argumenta que a fragmentação dos vínculos trabalhistas e a intensificação das práticas empresariais na educação contribuem para a degradação da qualidade do ensino, reforçando as desigualdades socioespaciais e comprometendo o papel da educação como instrumento de emancipação social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A década de 1970 foi marcada pela crise estrutural do capital, o modelo taylorista/fordista já não era suficiente para atender as mudanças do mercado, por isso, em resposta ao fracasso do modelo taylorista/fordista, o Japão entra com um novo sistema chamado de Toyotismo, que vem para mudar não somente o sistema de produção, mas as relações de trabalho. Esse modelo foi desenvolvido por volta da década de 1950, que diferente do fordismo, trabalhava com o conceito do *just in time*, evitando a acumulação excessiva de estoques, além de ser uma produção automatizada e flexibilizada, nesse momento a produção se intensifica no sentido de uso de máquina, desvalorizando a figura do trabalhador humano que vende sua força de trabalho. Nesse momento, há intensificação dos contratos temporários e o processo de terceirização do trabalhador e de alguns serviços. Antunes (2000) afirma que:

Como resposta a sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujo os contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho, e a desmontagem do setor produtivo estatal da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e trabalho, com vistas a dotar o capital de instrumentos necessários para tentar repor os patamares anteriores. (ANTUNES, 2000, p.31).

O autor afirma que essa resposta dada a crise estrutural do capital afeta diretamente a chamada classe-que-vive-do-trabalho. Com o comprometimento do chamado Welfare state (Estado de bem-estar social), a ideia passa a ser voltada para

restabelecer os padrões de acumulação do sistema em busca da reestruturação produtiva do capital.

Além dessas mudanças no sistema produtivo, o mundo estava passando por grandes transformações tecnológicas, principalmente dentro das fábricas, a ideia de automatizar a produção está diretamente vinculada a se aproveitar dessas novas tecnologias e reduzir importância do trabalhador humano no sistema produtivo. Portanto, esses avanços têm influência direta no mundo do trabalho, pois vai passar a ser uma forma de controle e intensificação do trabalhador, pois há uma redução significativa nos postos de trabalho.

Esse movimento de terceirização de flexibilização do trabalho não se prendeu somente às fábricas de automóveis, mas é uma tendência, que cresce em diversos setores no século XXI, e a educação não está de fora desse processo. A insegurança no trabalho terceirizado, ou temporário tem sido visto em diversos ramos, principalmente com as grandes empresas tecnológicas que trabalham com plataformas digitais, por meio de contratação terceirizada, por isso, esse processo vem sendo chamado de “uberização”, o termo refere-se modelo de negócios que se assemelha ao da Uber, uma empresa de transporte de passageiros por meio de aplicativo de smartphone.

No contexto empresarial e econômico, a uberização refere-se ao fato de que uma plataforma digital conecta sobre serviços independentes diretamente aos consumidores, muitas vezes contornando intermediários tradicionais, como empresas ou agências de emprego. Algumas de suas características são:

- O uso de plataformas digitais: os aplicativos e plataformas online servem para conectar fornecedores de serviços a clientes. Essas plataformas oferecem funcionalidades como geolocalização, pagamento online e avaliações de usuários.
- Trabalhadores “autônomos”: As questões de serviços que trabalham nessas plataformas são frequentemente consideradas trabalhadores autônomos, o que significa que não têm o mesmo status de empregado com benefícios e proteções trabalhistas. Nessa perspectiva, todos os direitos que deveriam ser concedidos ao trabalhador, não existem, pois ele não empregado da plataforma, mas sim um “prestador de serviço”.
- A flexibilização do trabalho: A "uberização" frequentemente enfatiza a flexibilidade para as conversas de serviços, permitindo que eles escolham quando e quanto trabalhar. A ideia dessa falsa autonomia e flexibilização tem levado muitos trabalhadores a saírem da sua condição de estabilidade em um trabalho

CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e buscado trabalhar de maneira autônoma na perspectiva que irá ganhar mais ou que é melhor.

- Ausência de intermediário: As plataformas digitais muitas vezes eliminam intermediários tradicionais, como agências de emprego, permitindo que as comunicações de serviços se conectem diretamente aos consumidores.

Com essas novas formas de trabalho, um dos assuntos mais discutidos é a precarização do trabalho em torno desses serviços, sendo que vem sendo algo bem debatido no ramo da Geografia do trabalho. Nesse sentido Brandão e Ponte (2021) aponta diversos impactos dessas novas características de trabalho.

[...] o que se pôde observar, foi o avanço de trabalhadores que deveriam exercer diversas funções simultaneamente, o que levou a um aumento na exploração do trabalho, além da ampliação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo. E principalmente há uma simbiose entre tempo de trabalho e tempo livre, visto que com a internet, as redes sociais, e a facilidade de comunicação, tarefas começaram a serem pedidas fora do horário delimitado de trabalho. Além disso, os trabalhos deixaram de ser permanentes e cada vez mais se tornaram temporários, trabalhos sem vínculos, obviamente sem direitos trabalhistas, sem responsabilidades (que devem ser assumidas pelas empresas empregadoras), fazendo eclodir trabalhadores cada vez mais precarizados. (Brandão e Ponte. 2021, p.13).

Essa tendência tem se expandido, e além das plataformas digitais, vários outros serviços se encontram nessa condição, principalmente por ser uma modalidade que privilegia o interesse das classes dominantes em detrimento da exploração intensiva da força de trabalho da classe trabalhadora.

Segundo Carcanholo (2011) a introdução das tecnologias dentro desse novo modelo de produção não visa o favorecimento dos trabalhadores, mas sim o crescimento dos lucros, as máquinas, segundo o autor, visam diminuir “o tempo de trabalho socialmente necessário”, o que transforma a figura desse trabalhador que depende dessas tecnologias como um trabalhador precarizado, pois ele necessita submeter-se a essas novas formas de trabalho, pois existe um “exército reserva” disposto a trabalhar nessas condições.

Com o crescimento dessa nova condição do trabalho após a década de 70, vê-se a expansão para setores como a educação, que vem passando por esse processo de precarização do trabalho docente. A terceirização tem sido usada como um instrumento do neoliberalismo para controlar a classe trabalhadora.

Vemos que a flexibilização, não trouxe nenhum benefício à classe trabalhadora, muito pelo contrário, desregulamentou a relação de trabalho produzindo condições precárias ao trabalhador que é obrigado a exercer múltiplas tarefas e ao mesmo tempo, tem seu salário reduzido, sua jornada de trabalho aumentada e conseqüentemente intensificada, havendo sempre a

incerteza de continuar com seu emprego, visto que a qualquer momento pode ser substituído por outro trabalhador, transformando sua vida pessoal em um ciclo de instabilidades (VITORINO, 2019, p.31).

Nesse sentido, mesmo após a regulação da terceirização a partir da Lei 13.429/2017, não se tem visto benefícios a classe trabalhadora, pelo contrário, a onda de desemprego vivenciada no país, vem sendo mascarada por esse processo de terceirização do trabalho o que tem resultado em falsos indicadores que mostram que o país está se desenvolvendo e garantindo emprego a classe trabalhadora.

No caso da educação, a precarização do trabalho docente não algo recente, ele vem se estendendo desde a década de 1990, quando o governo propõe uma série de reformas educacionais, no entanto, novas morfologias vêm surgindo com contratos de professores cada vez mais precarizados.

As reformas educacionais iniciadas na década de 90, trouxeram marcadamente padronizações de processos, tais como o livro didático, a inserção da gestão democrática na qual a participação da comunidade era fator significativo nas decisões da comunidade escolar. [...]

O profissional docente acaba por sofrer um processo cada vez mais acentuado, que Rodrigues (2002, p. 71), chama de “desprofissionalização” no qual o professor acaba por perder sua identidade como educador, pois passa a desempenhar múltiplas funções, que lhe são atribuídas e que estão além de sua formação, sobrecarregando seu papel mais importante que é transmitir o conhecimento. Esse fenômeno que já ocorre a algum tempo em toda estrutura das relações de trabalho no mundo capitalista, passa a ganhar força dentro da organização escolar, reestruturando processos curriculares e avaliativos (VITORINO, 2019, p.37).

Uma série de fatores tem levado a precarização do trabalho docente desde a década de 1990.

[...] além das novas atribuições que lhe são imputadas, outros fatores corroboram para a degradação desses profissionais, a exemplo da baixa remuneração oferecida, o que lhes imprime a necessidade de trabalhar em outras escolas nos três turnos disponíveis, ou até exercer outras atividades não correlatas com sua profissão, acarretando excessos de horas trabalhadas, provocando cansaço físico e mental. Uma condição inerente ao trabalhador docente, diz respeito as tarefas extrassala de aula, em que estes profissionais, ainda que não estejam dentro do ambiente escolar, continuam a trabalhar, pois tem sob sua responsabilidade, o planejamento das aulas, a correção de provas, lançamento de notas, sem, contudo, serem remunerados por tal trabalho extra. Não obstante existem professores com trabalhos administrativos, que fazem parte da gestão escolar, cujas responsabilidades aumentam consideravelmente, em vista de uma gratificação mínima. Cada professor em média pode lecionar para uma sala de aula com 30 a 50 alunos, fazendo com que seu trabalho seja intensificado, e frequentemente não tenha o alcance desejado em termos de qualidade no ensino. Não obstante os trabalhadores docentes terem sua carga horária de trabalho intensificada pelas tarefas extrassala de aula, e pelo número excessivo de alunos, que os obrigam a dispender mais tempo em correções de provas e trabalhos, estes profissionais na maioria dos casos, não tem condições adequadas de trabalho, falta-lhes apoio pedagógico, material didático, sem contar com a crescente onda de violência dentro das escolas. No contexto das

relações de trabalho, houve um aumento considerável na contratação de mão de obra temporária, na atividade fim do ensino, mediante a contratação de professores/monitores e professores auxiliares na rede pública de ensino, precarizando ainda mais a atividade docente. (VITORINO, 2019, p.38)

Além de toda pressão já exercida pela função de ser professor, hoje a principal preocupação em relação a educação são as boas avaliações dos indicadores de medição do ensino, onde os professores se sentem ainda mais pressionados a apresentarem bons resultados, isso mediante a necessidade de trabalhar com baixos salários, ensinar sob condições precária de infraestrutura, uma carga de trabalho exaustiva.

Hoje, tem se tornado comum as redes estaduais e municipais de ensino fazendo contratação direta de professores, e isso acontece também nas redes privadas de ensino, onde alguns desses contratos se encerram antes de completar um ano para que o estado ou prefeitura não necessite pagar aos professores os direitos previstos na CLT.

Desse modo, como uma medida de substituição ao quadro efetivo incompleto, o professor que atua temporariamente deveria ser uma figura de caráter excepcional e provisório dentro da escola na perspectiva de substituir professores efetivos em situações como licenças médicas, afastamento e vacância do cargo (MARCELINO,2008). Contudo, mesmo que tal situação seja prevista, a categoria docente vem indicando que tal medida é abusiva, uma vez que não oferta plano de carreira e, muitas vezes, também não disponibiliza as condições trabalhistas adequadas como garantia do piso salarial, direito à hora-atividade, férias, décimo terceiro, entre outras [...]. (SILVA e MOTTA, 2020, p. 142).

Mesmo que os professores temporários exerçam a mesma função do professor efetivo, mas o temporário não as mesmas garantias da estabilidade de um servidor público. Por isso, se tem crescido cada vez mais essa forma de contratação, não somente pelo setor privado, mas também tem sido alvo das repartições públicas, que buscam um melhor custo, e isso tem enfraquecido diretamente a profissão docente, isso é notório quando se ver professores dando mais de uma disciplina sem ter formação na área, tudo isso somente para complementar a carga horária.

O principal problema é que essa tendência de contratação tende a crescer cada vez mais, pois agora as novas políticas, que vem sendo desenvolvidas dentro desse contexto neoliberal, buscam regulamentar de todas as formas a terceirização do trabalho, em 2017 já foi aprovada a Lei da terceirização de número 13.429, sua aprovação já trouxe diversos impactos para o mundo do trabalho, pois busca regulamentar essa formas de contratação para deixar de garantir ao trabalhador os direitos que foram conquistados mediante muitas lutas.

No caso da profissão docente, essas formas de contratação reduz ainda mais a possibilidade de abertura de concursos para garantir a esse trabalhador a estabilidade de

um funcionário público, é comum na rede básica de ensino professores que trabalham há mais de 10 anos em sala, mas que não funcionários efetivos, é somente contratação direta, ou processos seletivos provisórios com contratos que podem ser estendidos até 4 anos, período que normalmente abre outros processos seletivos, e assim o professor vai se mantendo nesse estado temporário durante anos e sem poder ter os mesmos direitos que um funcionário efetivo, porém, ao cumprir suas funções ele necessita satisfazer as mesmas necessidades de um professor efetivo, muitas vezes para se manter no cargo precisa trabalhar até mais do que outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto ao longo do trabalho, foi possível perceber que as mudanças estruturais do capital na década de 70, além de impactar o mundo do trabalho, também transforma a vida da sociedade, os padrões de consumo. A introdução do modelo toyotista, modifica as relações de trabalho, automatiza parte da produção e amplia o processo de terceirização do trabalho, que rapidamente sai das fábricas e se expande para outros setores, como o caso da educação. A precarização do trabalho docente é um tema de grande relevância e complexidade, e na atualidade as formas de contratação de professores tem tornado a profissão ainda mais precarizada, ao invés de professores efetivos, as instâncias estaduais e municipais e até a iniciativa privada, busca contratar professores temporários, terceirizados, ou por meio de CNPJ. Conseqüentemente, essas formas de contratação têm refletido diretamente na qualidade de ensino e na exaustão do docente.

A precarização do trabalho docente, que inclui baixas atualizações, jornadas exaustivas, falta de reconhecimento e condições adversas de trabalho, pode ter um impacto direto na qualidade da educação. Professores desmotivados e sobrecarregados têm menos recursos para se dedicar à preparação de aulas e ao acompanhamento das aulas, o que prejudica a aprendizagem.

A desvalorização dos professores como profissionais é uma das conseqüências mais preocupantes da precarização. Isso pode levar a uma diminuição do interesse de pessoas talentosas em seguir a carreira docente, ou que, por sua vez, pode agravar os problemas no sistema educacional.

Além disso, a sobrecarga de trabalho, a pressão por resultados e a falta de reconhecimento podem levar a problemas de saúde mental entre os professores. A

depressão e o burnout são condições que afetam muitos profissionais da educação. A preocupação também está nas políticas públicas que buscam de todas as formas atender aos interesses do capital e formalizar esses meios de contratação reforçando ainda mais a precarização do trabalho docente.

Nessa perspectiva é importante ressaltar a importância da geografia do trabalho como um ramo da geografia que se preocupa com as condições em que essas novas morfologias de trabalho vêm surgindo, essas discussões em espaços acadêmicos permitem abrir os olhos da população para a maneira como esse falso discurso de autonomia, do trabalho flexível, na verdade vem para desgastar ainda mais o trabalhador. Pois, é uma mão de obra que pode ser facilmente substituída sem que o patrão precise pagar qualquer direito ao trabalhador, aliás, as novas morfologias de trabalho, já não trazem mais essa relação patrão empregado, pois não existe a necessidade de mediação do trabalho, o dono dos meios de produção já não precisa comprometer-se com o trabalhador, se ele não quiser.

De certa forma, a precarização do trabalho docente é um desafio significativo que afeta a qualidade da educação, a valorização da profissão e a igualdade de oportunidades. Pois o professor temporário ou terceirizado tem um excesso de trabalho bem mais cansativo que o professor efetivo, mas a necessidade em se manter, gera a aceitação a essas condições de trabalho, e muitas vezes, por mais que haja a luta de classe para regularizar a situação dos provisórios, há uma discordância de interesse em relação aos efetivos, o que torna a classe bastante desunida. Inclusive, é uma estratégia o enfraquecimento das organizações sindicais, para que os direitos dos trabalhadores não sejam garantidos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2000.p. 19-27.

Brandão, R. L., & da Ponte, K. F. UMA ANÁLISE SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO A PARTIR DA EMPRESA-APLICATIVO UBER. *PEGADA - A Revista Da Geografia Do Trabalho*, 22(3), 26–47. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.33026/peg.v22i3.8712>>. Acessado em: Ago 2024.

MARCONI e LAKATOS. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARCANHOLO, Reinaldo A; PRIEB, Sérgio A. M. O trabalho em Marx. In: CARCANHOLO, Reinaldo (org.). **Capital: essência e aparência**. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 147-161.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, A. M. da, Gomes, T. A. M. de M., & Motta, V. C. da. Formas e tendências de precarização do trabalho docente e os influxos do empresariamento na educação. *Cadernos De Educação*, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.15210/caduc.v0i63.17406>

VITORINO, Manoel Messias. Geografia, terceirização, flexibilização e precarização do trabalho docente: conseqüências no ensino-aprendizagem. 2023. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curso de Geografia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.